

 **Introdução¹***Introduction*

Terry Eagleton, no prólogo de seu *O problema dos desconhecidos: um estudo da ética*, brinca com o célebre comentário de Wittgenstein, segundo o qual se um verdadeiro livro sobre ética fosse escrito, os demais cairiam das prateleiras: ao concluir seu tratado, diz Eagleton, os outros livros permaneceram no mesmo lugar, e ainda assim ele espera ter produzido um trabalho decente.

Baudelaire, Rimbaud e tantos outros poetas ditos malditos, em livros como *Les fleurs du mal* ou *Une saison en enfer*, não estavam propriamente louvando o mal, mas desafiando um bem perverso, posto que gerador de sofrimento desnecessário e sabotador de felicidades potenciais; um bem ainda por cima contraditório, carregado de hipocrisia, irracionalidade e racionalizações cheias de aporias.

A relação entre a ética e a epistemologia deriva da velha questão da relação entre o bem e a verdade, que envolve as mais variadas imbricações entre temas como a justiça, a liberdade, o mal, a felicidade, o prazer, a coragem, a compaixão, a racionalidade, a sabedoria, a objetividade, métodos, critérios, hierarquias, contextos, meios e fins. Questões dessa monta estão presentes, de modo menos ou mais explícito, em qualquer reflexão sobre ética e conhecimento, das mais ordinárias às mais sofisticadas. Por isso, mesmo a crítica ou indiferença a tratados éticos são sempre argumentos ou atitudes que comportam pressupostos éticos, ainda que eventualmente pessimistas ou evasivos: porque é impossível se esquivar do assunto (mais objetivamente, não é possível não estar diante de dilemas éticos ou, ainda, não é possível não elaborá-los), dado que, ainda que não tenhamos a ambição de produzir, reproduzir ou proferir verdades, estamos fadados a fazer escolhas, e, na medida em que refletimos sobre seu caráter mais ou menos acidental, incerto ou polêmico, a justificá-las discursivamente. Animais gregários, discursivos e políticos que somos, estamos condenados a tecer opúsculos particulares de listas de preceitos morais.

A necessidade de justificar escolhas discursivamente, por sua vez, traz consigo um problema epistemológico, na acepção rigorosa do termo: o discurso deve ser racional, pretender-se verdadeiro, ainda que recuse a palavra verdade. Mas o que significa ser racional ou verdadeiro? E quando uma ou outra concepção sobre a escolha correta e a própria noção de racionalidade ou verdade não se coadunam? O que resta? O abandono do problema da razão e da verdade, isto é, o irracionalismo, ou novos esforços de enfrentá-lo racionalmente, embora as duas últimas opções confundam-se com demasiada frequência e eloquência.

Capurro, na preciosa entrevista que nos concedeu, desvela e mapeia parte dessa zona brumosa, com ênfase no território da ética em informação. O filósofo uruguaio radicado na Alemanha mapeia também os principais autores, temas e correntes teóricas do pensamento ético em informação, identificando suas filiações filosóficas e os grandes dilemas de cada uma delas.

¹ Este dossiê é parte de projeto apoiado pelo CNPq.

Frohmann, com o artigo de título provocativo “Against ethics”, sinaliza, a partir de John Caputo, a procura por uma contra ética informacional, apropriando-se das ideias de obrigação, desse autor, e de liberdade, de Foucault. Para o autor, é necessária uma visão crítico-desconstrutiva da ética no território dos bens e das ideias tecnologicamente mediatizadas, dado que mesmo corporações como a Monsanto possuem seus códigos de ética, ou seja, propagam dimensões de uma moralidade constituída, porém destituída de uma preocupação com a racionalidade e, logo, com a verdade. Há que se desconstruir, pois, tais argumentos, sem, contudo, jogar no lixo a própria dupla motivação da desconstrução: a recusa ao caráter perverso, irracional e hipócrita da “ética” da Monsanto.

Frohmann recorre a Caputo, que de certo modo atualiza, em um jargão avesso aos apelos das grandes narrativas ou substantivos maiúsculos, como o Ser, o Homem, a História etc., o que Eagleton definiria como a ética da sensibilidade. Essa ética é característica daquela parte do iluminismo que se desdobrou no romantismo, recusando as abstrações racionalistas grandiloquentes, fossem quais fossem. Em Caputo, essa atitude conduz a uma substituição da própria noção de ética pela defesa do conceito de “obrigação” – não mediada por apelos metafísicos – com o sofrimento alheio. Porém, essa obrigação não decorre da identificação por vezes narcísica com qualquer sofrimento banal, mas do choque provocado pela percepção da diferença radical que é a sujeição do outro ao que Caputo nomeia “desastre”.

Por outro lado, Frohmann problematiza o fato de Caputo desconsiderar a mediação midiática daquilo que podemos sentir como desastre, por seu caráter espetacular desmobilizador (embora Frohman não recorra ao conceito de Debord): desastres, hoje, são tão espetacularizados, de modo quase onnipresente, que nos sentimos impotentes para fazer qualquer coisa. O desconforto provocado por essa situação é então enfrentado mediante o recurso à ética da liberdade, de Foucault, que seria uma ética do pensamento comprometido com a recusa aos totalitarismos dos discursos de poder disfarçados de verdade. É um pensamento um tanto distante da noção de obrigação, de Caputo, embora ambas as perspectivas produzam um descentramento salutar do eu, na medida em que o que realmente importa não são fundamentações filosóficas, prescrições, identidades ou determinações históricas acabadas, mas o que a elas escapa e produz alternativas aos fechamentos e demais contingenciamentos geradores de desastres.

Numa outra chave analítica, mas tendo como mesmo pano de fundo a crise das grandes narrativas, no caso aquelas de tipo científico, Maria Nélide González de Gómez discute as reviravoltas contemporâneas por que passam os critérios de validade e os procedimentos de validação dos conhecimentos científicos. Esse movimento envolve a diluição parcial ou o deslocamento das fronteiras convencionais que dividiam os territórios da epistemologia, da ética, da política. Nesse sentido, a autora destaca o resgate da subjetividade do limbo para o qual fora lançada pelo positivismo; a questão do controle social da ciência; a busca por novas autonomias éticas e epistêmicas, promovida por novas “intersubjetividades configuradas em rede”. Cabe destacar seu longo percurso na construção de um ponto de vista, em diálogo com autores como o próprio Frohmann, na preocupação sobre uma materialidade das práticas informacionais no contexto científico, bem como a construção de uma autoridade epistêmica distribuída na contemporaneidade, que pode se apresentar como alternativa ou, no mínimo, modalidade distinta das estruturas de condicionamento da verdade na esfera científico-tecnológica.

Mostafa, Nova Cruz e Amorim refletem sobre os desafios que o fenômeno do *big data* impõe ao cientista da informação, entre outros profissionais, na medida em que

a gestão de imensas quantidades de dados digitais se tornou central para a manutenção do poder no capitalismo contemporâneo. O artigo problematiza igualmente as formas de resistência aos poderes constituídos, conhecidas como contrapoder e contrainformação, o que engloba apropriações alternativas do *big data*. Apresenta ainda o conceito filosófico do devir-sublime como contraponto à nova dinâmica de saber-poder. Mais distante do materialismo histórico fechado que caracteriza a primeira fase de seu pensamento, Mostafa (e seus parceiros autorais) colocam em diálogo a perspectiva crítica e as saídas (possíveis) para o domínio superestrutural lançado pelo *big data*, ou seja, a reflexão joga com conceitos que estão além e aquém do materialismo histórico em sua concepção no Oitocentos.

Em “A informação ocupada”, Marivalde Moacir Francelin pergunta sobre o fundamento epistemológico da ética da informação e sobre os fundamentos éticos da própria distinção entre razão e opinião, que remonta a Platão e é duramente denunciada por Nietzsche como tirânica. Articulando, assim, a literatura em ética e epistemologia da ciência da informação com a filosofia nietzschiana, Francelin tece uma crítica à redução contemporânea do homem ao código informacional, após o momento da idolatria pura e simples (Deus ou os deuses), da idolatria de si (o humanismo), da idolatria da linguagem (diante das aporias das metafísicas anteriores, celestes ou terrestres, o encantamento com certa semiotização por vezes solipsista da totalidade do real) e, enfim, da idolatria do código. A ação alternativa proposta volta-se contra essa última forma de idolatria – que também pode ser chamada de idolatria da informação –, na busca por “ruídos de informação que indiquem os caminhos sutis do conhecimento”.

O texto de Mario Lúcio Leitão Condé tem como objeto as relações entre ciência, tecnologia e humanismo – numa formulação mais sucinta, entre conhecimento e ética – na era da informação ou sociedade do conhecimento. O autor argumenta que o conhecimento é condição necessária para a ética, mas não condição suficiente. Faz referência à Escola de Frankfurt e contrapõe “razão instrumental” a “razão emancipatória”, associando esta última ao humanismo. Por outro lado, opõe-se ao que denomina de visão pessimista de Adorno, Horkheimer e Marcuse quanto ao potencial emancipatório da ciência e da tecnologia. Para fundamentar a oposição, recorre à pragmática da linguagem, de Wittgenstein, e sobretudo à teoria dos sistemas sociais, de Niklas Luhmann. Condé também proporciona ao leitor uma verdadeira aula sobre a gestação das ciências e das epistemologias contemporâneas (“da amplitude”) – cujas principais marcas são ou o relativismo ou a racionalidade complexa – no solo da crise da ciência e da epistemologia modernas (“da profundidade”) – a segunda preocupada com os fundamentos últimos do conhecimento, a primeira com a busca da suposta simplicidade mecânica ou maquinica das leis do universo, oculta por detrás da imensa variedade fenomênica das aparências, aproximando-se, nesse sentido, da perspectiva da episteme grega do século IV a. C. Por fim, o autor discute as aproximações e distanciamentos entre as culturas técnico-científica e humanística, da Renascença aos dias de hoje, advogando a necessidade de sua aproximação, tanto na formação dos cientistas de ambas as “culturas” quanto na do cidadão comum.

Milla Benício traça o itinerário científico e filosófico que permitiu à modernidade a criação de um novo campo de visibilidade dentro da ciência, o qual enfraqueceu o antigo pressuposto da centralidade do homem em relação aos demais seres e levou a uma complexa transformação nas relações do homem com o mundo natural. Seu foco é a grande reorganização epistemológica e cultural do Ocidente, que

revolucionou não somente as noções ligadas à natureza, mas, sobretudo, o papel do homem nesse cenário.

O interessante artigo de Oliver Bendel explora com sucesso a estratégia metodológica de aplicar dilemas éticos clássicos da filosofia a novas questões éticas suscitadas pela robótica e outros dispositivos mais ou menos “autônomos”. O argumento central é que o recurso a esses dilemas clássicos é útil para a tomada de decisões em nosso mundo atravessado por pela automação técnica.

O texto seguinte, “Inovação nanotecnológica: criação, transformação e possíveis efeitos ao meio ambiente e ao ser humano”, também levanta questões éticas relacionadas a tecnologias de ponta, ao discutir as relações entre as aplicações do fenômeno tecnológico que dá nome ao artigo com o desenvolvimento social, os riscos ambientais e a saúde humana. Imerso no complexo objeto de inflexão da ciência & tecnologia na contemporaneidade, seus usos e seus abusos, a discussão aponta para a urgente condicionante do uso racional da manipulação de elementos nanotecnológicos, com foco no ramo alimentício e da agricultura. O trabalho coloca em questão, pois, um plano ético microaplicado, na relação direta entre aquele agente que atua diretamente no “contato” com as nanoestruturas, e outro, macroaplicado, ou seja, aquele que responde por uma agência maior, o Estado e suas políticas públicas, responsáveis (eticamente) por questionar tais procedimentos.

“Ethics in emerging new media and e-learning environments” evoca a propagação da discussão sobre ética no meio jornalístico em razão das novas dinâmicas de uso e reuso da informação. O caso Wikileaks, protagonizado por Julian Assange, é o exemplo direto dessa ampliação do discurso sobre condicionantes éticas em territórios, antes silenciosos em relação às problemáticas que envolvem questões como atos que desafiam normatividades locais no contexto global ou comportamentos sujeitos à ampla reação pública. O foco, porém, da reflexão está na vivência da aprendizagem no mundo eletrônico – *e-learning* – e o jogo de desonestidades e golpes na vida acadêmica à distância. A integridade da produção científica é vislumbrada a partir de questões como a dicotomia público versus privado na *web*, confidencialidade versus caráter anônimo dos atos e documentos. A reflexão chama a atenção, de um modo geral, para a necessidade de um discurso sobre o ensino e a discussão de elementos como dignidade, confidencialidade e privacidade na educação tecida no meio eletrônico.

“Ação moral e ontologia digital na América Latina” aborda várias das discussões de Rafael Capurro a respeito do surgimento de uma ontologia digital na América Latina (somam-se aqui as problemáticas de tal ontologia diante da ausência de pesquisa que permita entender o que se passa em uma estrutura social em grande parte determinada pelo digital; entre as questões centrais do debate, encontramos a indagação: quais podem ser seus custos a partir da perspectiva da construção de uma ação moral?). O diálogo e conflito entre as esferas global e local, a percepção de neutralidade a respeito dos dispositivos digitais, a carga paradigmática das tecnologias e ciências que vasculham o desenvolvimento informático, as patologias associadas ao ser digital e os problemas éticos que ele induz são os temas discutidos, com base na obra de Capurro. Suas conclusões apontam para o necessário esclarecimento das assimetrias do poder no meio digital, tecido e participado por sujeitos-autônomos e sujeitos-parceiros, lançando o alerta sobre a corrida em busca da ontologia digital por parte de países com atraso tecnológico: estes, ao insistirem na atualização do tecnológico, tendem a não perceber criticamente os resultados obscuros de tal ontologia. Em geral, nesse caso, observa-se uma ênfase na educação

instrutiva, e não formativa – diríamos, uma ênfase em competências, e não em críticas; ou, ainda, um aprofundamento no saber-fazer, e não no saber-refletir.

“Conceitos, tendências e atores envolvidos na divulgação científica: considerações a partir das pesquisas apresentadas no Intercom” trata da divulgação científica, aproximando os estudos informacionais e o pensamento comunicacional. O marco empírico do estudo está nas pesquisas em divulgação científica apresentadas no maior encontro anual de comunicação do Brasil, a Intercom. Em uma contemporaneidade que se apresenta sob as noções de “tecnologias da informação e da comunicação”, referindo-se às novidades nas ferramentas linguísticas recentes, elaboradas eletronicamente, o estudo indica um estatuto de “antigas” tecnologias e recursos, como jornais e revistas impressos, no cotidiano das investigações sobre divulgação científica. O trabalho apresenta, ainda, um tom terminológico, com o intuito de determinar as fronteiras das nomenclaturas que manifestam esse domínio, o qual transversaliza a ética, a política e a epistemologia no bojo da vivência acadêmica perante a sociedade. Nesse sentido, o estudo demonstra a centralidade de noções como difusão científica, disseminação científica e divulgação científica, para designar o domínio.

Em mais uma interface entre ciência da informação e comunicação, dessa vez acrescida do diálogo desta última com a economia, diálogo estruturante do subcampo denominado economia política da informação e da comunicação, esse artigo busca contribuir para o mapeamento desses estudos no Brasil. Assim, Ruy Sardinha Lopes, Anderson David Gomes dos Santos e Joanne Santos Mota colocam “em revista” a *Revista Eptic Online*, destacando sua produção em economia política da comunicação (EPC) e a interdisciplinaridade no campo comunicacional no período 2009-2014. Os autores apresentam o histórico do periódico, enfatizando o papel de destaque na consolidação dos estudos em EPC no Brasil a partir da Universidade Federal de Sergipe. O nome de César Bolaño é evocado para indicar o nó, a figura central na tessitura inicial da revista. O estudo histórico-conceitual demonstra a presença marcante de uma produção de artigos, ensaios e perspectivas temáticas no domínio de estudos fundador das questões nucleares da revista, registrando ainda a presença de uma diversidade geográfica internacional de autorias, ainda que concentrada em pesquisadores brasileiros, dada a nacionalidade do periódico. Outro elemento revelado pelo estudo é a produção do pensamento paulista em EPC, ao lado do carioca, ou, em outras palavras, o destaque para os discursos em economia política oriundos de centros de pesquisa desses estados, merecendo destaque também a liderança de Sergipe, sede dessa tradição, além de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. O estudo revelou ainda a tendência conceitual do campo, demarcando as categorias que movem a produção discursiva da EPC manifestada na revista. Aqui encontramos a centralidade de categorias como “políticas de comunicação”, “economia política”, “economia da comunicação e da cultura” e “economia política da comunicação”. Tais complexas nuances terminológicas sugerem as teias de sobreposição, de aproximações e de distanciamentos, os conflitos teóricos e as tendências de abordagem do discurso da EPC no Brasil, permitindo a compreensão de seus principais objetos de estudo e dilemas em permanente embate. Em linhas gerais, o artigo se apresenta como um documento histórico para a análise dos percursos da EPC no país, um breve, mas sólido monumento a uma escola de pensamento em construção.

Dando sequência ao debate que foi matéria do artigo precedente e fechando este dossiê, temos a contribuição de Marcos Dantas, autor de referência na EPC, que consiste na primeira parte de um texto maior (cuja sequência será publicada no

próximo número da *Liinc em Revista*). O texto, preocupado menos com a “ciência da informação” enquanto campo epistêmico supostamente autônomo do que com uma ciência “da informação”, entendida como fenômeno e conceito que atravessa os mais diversos campos do conhecimento e a própria matéria, dá sequência a pesquisas anteriores de Dantas no sentido da elaboração de uma concepção do seu objeto calcada no materialismo dialético. Assim temos, da informação enquanto fenômeno puramente físico à informação em sua dimensão propriamente sócio-histórica, vários níveis de abstração articulados, que buscam compor um todo coerente. No texto em pauta, Marcos Dantas revisa e identifica aproximações e diferenças entre os pensamentos de dois autores de inspiração marxista, o brasileiro Álvaro Vieira Pinto e o britânico Anthony Wilden, que se empenharam, nos anos 1970, em elaborar um conceito de “informação” de base dialético-materialista, dialogando com cientistas de outros quadrantes epistêmicos que se detinham então sobre o tema. O artigo visa ainda contribuir para o debate epistemológico contemporâneo em torno do materialismo dialético, bem como para o fortalecimento da fundamentação teórica da economia política da informação e da comunicação.

A motivação original deste dossiê deriva do interesse de seus organizadores a respeito das múltiplas imbricações entre ética, política, epistemologia e informação, e de sua opinião de que se trata de questão da maior relevância na atualidade, seja no âmbito da ciência da informação, seja em seus diálogos com outros campos disciplinares, seja fora do universo acadêmico. As dimensões das fronteiras da ética, da epistemologia e da política, reconhecemos desde o princípio, são abertas e inconclusivas. O desafio da chamada do dossiê não estava em atrair reflexões e/ou estudos aplicados que lançassem olhares necessariamente na convergência entre os três aspectos, do mesmo modo que não objetivávamos um enfoque delineado em uma das esferas (ou seja, um trabalho sobre epistemologia da informação ou sobre ética na modernidade tardia).

Tratou-se, desde a concepção da proposta até a chamada, de provocar a necessária discussão sobre a teia de sobreposição dessas instâncias no tecido social e, em certa medida, respeitando a visão de cada autor, sua interdependência frontal ou velada. A resposta dos autores à chamada foi altamente satisfatória. Uma linha de reflexão ou um conjunto de tendências pode ser vislumbrado na provocação respondida: tecnologia, informação, crítica ao imperativo informacional vigente e alternativas contrainformacionais parecem ser, em certa medida, o liame comum dos principais elementos reunidos por nossos autores, como peças do delicado quebra-cabeças das relações entre ética, epistemologia e política na atualidade. A variedade de perspectivas e a qualidade dos textos selecionados descortinam e mapeiam amplos horizontes de pensamento e ação. Esperamos que sua leitura desperte em você o mesmo interesse que despertou em nós, e que possa contribuir, em alguma medida, para a resolução dos dilemas sinalizados, na teoria e na prática, dentro e fora da academia.

Agradecemos, por fim, a autores, pareceristas, equipe de produção editorial – com destaque para o inestimável apoio da Chris – e às pesquisadoras Sarita Albagli e Maria Lúcia Maciel, a Luca, editoras da *Liinc em Revista*, pela amizade e pela confiança.

Marco Schneider e Gustavo Saldanha

Professores e Pesquisadores PPGCI-Ibict/UFRJ